## 1º dia - manhã

# ROTEIRO 1

Para este momento, a Diretoria, Chefia e Coordenação do setor devem organizar e acompanhar a discussão das questões a seguir:

1) Apresentação e discussão coletiva dos dados gerais do Estado levantados sobre avaliação – 2009 e 2010:



- aprovação;
- reprovação;
- evasão – por ano/série e turno;
- proficiências da Prova Brasil 2005, 2007 e 2009 – (comparativamente) em Língua Portuguesa e Matemática;
- IDEB 2005/2007/2009 **(anexo 1)**.

2) Considerando a análise dos dados quai as intervenções necessárias (prioritariamente)?

3) Tendo em vista que os momentos de formação podem ser utilizados como espaço de proposição de encaminhamentos para a promoção da aprendizagem, quais ações formativas para os profissionais da educação, podem ser elencados, por parte de cada um dos setores da SEED/NRE para assegurar a melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos?

4) Quais ações podem ser realizadas pelas SEED/NRE no sentido de apoiar, orientar e formar os profissionais da educação para reduzir os índices de reprovação?

5) E em relação as taxas elevadas de evasão? Quais as ações podem ser realizadas pela SEED/NRE no sentido de apoiar, orientar e formar os profissionais da educação para reduzí-las?

# 1º dia - tarde

Leitura do texto e realização de discussão, conforme Roteiro de discussões 2.

## Ensino Fundamental de Nove Anos

Para resgatarmos a discussão sobre a organização do ensino fundamental, é importante realizar uma leitura de como, historicamente, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional iniciou a integração entre o antigo "primário e ginásio". Foi com a Lei n. 5.692/71 que se integrou o Ensino Fundamental, denominando-o de 1º. Grau, com o objetivo da unicidade e da integração.

O mesmo objetivo tem sido objeto de nossos anseios nos últimos anos, e foi novamente em 2006 que o Ensino Fundamental no Brasil tornou-se foco, com a ampliação para 9 (nove) anos, assegurando o aumento dos anos de escolarização obrigatória para a população brasileira, possibilitando a inclusão de um número maior de crianças no Sistema Educacional.

A opção por incluir este um ano a mais de escolarização no início do Ensino Fundamental, segundo o Ministério da Educação, não é uma novidade, pois grande parte dos países da América Latina já possuía, há décadas, um Ensino Fundamental e Médio com duração de doze anos, entre eles: Argentina, Bolívia, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Uruguai.

Essa ação visa resgatar as crianças e incluí-las nas escolas, aumentando a média de anos de escolarização e o maior tempo da criança dentro do espaço escolar, o que, no Brasil, ainda é muito baixo, como nos mostra o gráfico a seguir:

Assim, a inclusão da criança de seis anos no Ensino Fundamental deve balizar nossas discussões em torno da construção de um Projeto Político-Pedagógico que considere as especificidades da infância, as características do desenvolvimento das crianças e dos adolescentes em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, considerando a unicidade entre os anos iniciais com 5 (cinco) anos de duração e os anos finais com 4 (quatro) anos, compreendendo-os como um todo articulado de conhecimentos.

Essa é uma possibilidade de discussão sobre o processo de aprendizagem de todas as áreas do conhecimento ou disciplinas, considerando um tempo maior para a apropriação dos conhecimentos relacionados a esse processo, sem restringir o currículo de uma aprendizagem disciplinar, objetivando o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, da Literatura, da Arte, da Educação Física, da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia.

Mesmo que a organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental diferencie-se da organização dos anos finais, deve-se procurar a ruptura dessa fragmentação, propondo unicidade entre instituições de ensino municipais e estaduais, com a adequação dos conteúdos no tempo escolar de forma que as disciplinas não sejam hierarquizadas, pois para a criança/adolescente não há separação entre os conhecimentos em campos específicos, e suas experiências de apropriação do mundo ocorrem por meio de diferentes linguagens, expressando-se por meio do movimento, da oralidade, do desenho e da escrita.



É fundamental, então, que o processo de ensino-aprendizagem considere as singularidades da aprendizagem por meio do desenvolvimento de atividades encadeadas que possibilitem a ampliação dos conhecimentos de forma prazerosa e cheia de significação social, num movimento de articulação entre os anos iniciais e finais, pois, embora o Ensino Fundamental esteja administrativamente dividido em duas etapas (os anos iniciais, em geral, a cargo das redes municipais de educação e os anos finais assumidos pela rede estadual), essa é uma etapa de ensino única que exige articulação entre as duas redes, assegurando a continuidade do processo educacional.

Conforme propõe a Diretriz Curricular Nacional para Educação Básica, a articulação subsequente entre a primeira e a segunda etapas do Ensino Fundamental evitaria os obstáculos de acesso dos alunos que transitam entre as duas redes e garantiria a organicidade e a totalidade do processo formativo proposto para o Ensino Fundamental.

É indicação do Ministério da Educação que a inclusão de mais um ano de escolarização represente uma revisão do currículo e das práticas, não apenas do primeiro ano, mas de todo o Ensino Fundamental, exigindo o compromisso com a revisão dos Projetos Político-Pedagógicos, incorporando discussões relativas à importância do brincar na aprendizagem das crianças, a criança como sujeito ativo do processo ensino/aprendizagem e a infância como construção social.

Em 2012 ingressarão na rede estadual as crianças das redes municipais, com experiências vivenciadas que as diferenciam das que frequentavam o Ensino Fundamental de oito anos. Logo, a rede estadual de ensino receberá alunos com particularidades construídas a partir de suas experiências com mais um ano de escolarização e que necessitarão de encaminhamentos pedagógicos coerentes com suas necessidades e possibilidades de aprendizagem.

Para tanto, o Projeto Político-Pedagógico precisa abordar a concepção de infância e adolescência assumida pelo coletivo escolar, bem como a história de vida escolar do aluno de forma que estas sejam coerentes com a concepção de ensino-aprendizagem, repensando os tempos e espaços escolares e os encaminhamentos metodológicos, prevendo possibilidades de articulação entre os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, como, também, com o Ensino Médio.

Primando pela continuidade do processo de formação no todo do Ensino Fundamental, no decorrer da reconstrução da Proposta Pedagógica Curricular, é fundamental a coerência entre os conteúdos propostos para anos iniciais e finais, com vistas à organização de encaminhamentos metodológicos coerentes com os objetivos de cada etapa de ensino. Nesse sentido, aponta-se mais uma vez a importância da articulação pedagógica entre as redes de ensino, o que implica na necessidade de que os profissionais que atuam nos anos finais conheçam a concepção de alfabetização e letramento adotada nos anos iniciais, pois este entendimento possibilita compreender as particularidades que caracterizam a leitura e a escrita dos alunos, conhecer os documentos de orientações pedagógicas utilizados pelas redes municipais de ensino, propondo a construção de uma relação dialógica entre os profissionais das duas redes.

Portanto, é pertinente destacar que o professor é o profissional responsável pela prática pedagógica em sala de aula, e realiza a transmissão ativa de conteúdos, possibilitando aos alunos estabelecer relações entre os conhecimentos que já possuem e os conhecimentos historicamente acumulados, apropriando-se destes últimos. não como ação isolada do professor em sala de aula, mas como parte de planejamento intencional definido por um todo coletivo escolar para efetivação dos objetivos de cada etapa de ensino. Assim, este é o momento propício para que todas as questões pertinentes ao Ensino Fundamental sejam apontadas e discutidas continuamente de forma coletiva, por meio do diálogo, com vistas à organização do trabalho pedagógico na escola.



# ROTEIRO 2

Após a leitura e análise dos subsídios (Instrução nº 08/2011 (**anexo 2**), Parecer 407/2011 CEE/CEB (**anexo 3**) e Orientações - Ensino de nove anos (**anexo 4**), que fundamentam a implantação simultânea do Ensino Fundamental de nove anos:

1) Como o seu setor está se preparando para orientar, subsididar, apoiar e acompanhar as escolas e os profissionais da educação quanto a implantação simultânea do Ensino Fundamental de nove anos em realção :

a) à organização dos espaços e tempos escolares;

b) as discussões sobre alfabetização, letramento, concepção de infância e adolescencia, concepção de educação, concepção de avaliação, entre outros;

c) à articulação entre as escolas da rede municipal e as da rede estadual.;

d) à cada segmento das instâncias colegiadas.

## Roteiro 3 - 2º dia - manhã e tarde (professores e pedagogos)

# ROTEIRO 3



Para aprofundarmos a discussão sobre "A linguagem como precursora da aprendizagem", referente à apresentação do Prof. Carlos Sanches, e com o intuito de subsidiar as reflexões, promovendo embasamento teórico para as questões apresentadas no Roteiro de Discussões 3 (vídeo), é oportunizado o texto em anexo: **"Variação Linguística: Considerações acerca das práticas docentes", de Dilian da Rocha Cordeiro, da Universidade Federal de Pernambuco (anexo 5)**.

# ROTEIRO 4

### "Caderno Expectativas de Aprendizagem"

Partindo do pressuposto de que o direito à educação não pode ser confundido com o direito ao acesso à escola, traduzido apenas pelo aumento dos alunos matriculados, e que esse acesso precisa vir acompanhado do compromisso com a aprendizagem dos alunos e o direito de acesso ao conhecimento acumulado, é que a Secretaria de Estado da Educação elaborou o "Caderno Expectativas de Aprendizagem", enviado neste momento aos professores para conhecimento e discussão.

Esse material apresenta-se como algo aberto, não concluído, que deverá, em sua versão final, expressar as contribuições de todos os professores da Rede.

É importante salientar que as expectativas de aprendizagem devem representar o essencial que cada aluno, independente da região do Estado onde viva, saiba sobre determinada área do conhecimento/disciplina. Isso porque, hoje, percebe-se que existe grande disparidade no planejamento referente à distribuição dos conteúdos, quando há situações de movimentação de alunos. Por exemplo,

alunos de diferentes estabelecimentos de ensino, no mesmo município, que apresentam disparidades na organização dos conteúdos.

Portanto, o material pretende ser um subsídio para a prática docente do processo de ensino-aprendizagem, do processo de construção do plano de trabalho docente e do processo avaliativo realizado pela escola.

Assim, tendo por base o estudo referente a cada disciplina, do Caderno do Ensino Fundamental de nove anos "Orientações Pedagógicas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental", o estudo das Diretrizes Curriculares da Rede Estadual e do "Caderno Expectativas de Aprendizagem", reflita e debata coletivamente:

1) Os conteúdos básicos previstos no "Caderno Expectativas de Aprendizagem" para os anos finais do Ensino Fundamental contemplam a continuidade dos processos de aprendizagem?

2) Os conteúdos básicos estão adequados aos anos/séries/etapas da Educação Básica?

3) Há articulação entre os conteúdos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio?

4) As expectativas de aprendizagem estão coerentes com os conteúdos básicos?

Após análise e preenchimento da planilha de sugestões, a Chefia e/ou os Coordenadores de cada setor SEED/NRE devem enviar suas contribuições para o DEB/SEED, conforme modelo do quadro constante na planilha (**anexo 6** - **Sugestões de Alterações no Caderno de Expectativas**).



## 2º dia - manhã e tarde - Agentes Educacionais

Leitura do texto e realização de discussão, conforme Roteiro de discussão 5.

### A educação básica na Rede Estadual de Educação e a gestão escolar

A escola trabalha com a transformação do ser humano e, ao fazê-lo, seguramente direciona as suas ações. Ao desenvolver suas tarefas pedagógicas e administrativas de forma aberta, não autoritária ou impositiva, e incentivando a curiosidade e a participação crítica do aluno, estará ajudando a transformar o cidadão.

Para trabalharmos com esse processo é necessária a construção coletiva de determinados princípios que assegurem, na escola, a existência de uma gestão democrática e dialógica. Para que ocorra uma maior

integração da escola por meio da participação da sociedade, no processo de ensino e aprendizagem, deve-se promover constante diálogo e cooperação, e não a competição.

Por meio da participação de todos e pelos instrumentos previstos em Lei, como o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar, instâncias colegiadas, como a APMF, o Grêmio Estudantil e o Conselho Escolar, efetiva-se a gestão democrática, capaz de criar e recriar as práticas no interior da escola, ajudando a transformar o cidadão.

A escola abrange, em última instância, a dinâmica das mudanças sociais, das interações pessoais e profissionais, e desenvolve seus objetivos mediante a participação conjunta de seus profissionais e alunos, de modo integrado. A melhor maneira de realizar a gestão de uma organização é a de convergir o esforço coordenado de todos para a realização de uma tarefa mediante a formação de equipe atuante, levando em consideração o seu ambiente cultural.

Com base nesses pressupostos, pode-se entender que professores, equipe pedagógica, funcionários, alunos, pais e comunidade não só fazem parte de um mesmo ambiente cultural, como também o constroem pelo seu modo de agir, haja vista que, de sua interação, dependem a identidade da escola na comunidade, o seu papel nela e os seus resultados.



Diante disso, a gestão na escola ganha uma dimensão e uma importância que desafiam os profissionais envolvidos, pois não deve secundarizar seu papel precípuo: o compromisso com a emancipação humana por meio da apropriação dos conhecimentos produzidos historicamente.

A escola existe "para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado, bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber". (SAVIANI,1985). O caminho a ser percorrido por uma gestão educacional democrática será construído e reconstruído no interior dos sistemas de ensino, à medida que se avançar na compreensão de que a participação favorece a experiência coletiva ao efetivar a socialização de decisões e a divisão de responsabilidades. Ela afasta o perigo das soluções centralizadas e dogmáticas desprovidas de compromisso com os reais interesses da comunidade escolar, efetivando-se como processo de cogestão. "A participação constitui-se, pois, em elemento básico de integração social democrática". (PRAIS, 1996, p. 84).

Assim, participação e democracia são conceitos intrinsecamente relacionados que exigem no contexto dos sistemas de ensino a vivência de "práticas colegiadas", visando à promoção qualitativa de tomada de decisões, na perspectiva de colocar a educação a serviço da transformação social.

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, toda escola precisa ter um Projeto Político-Pedagógico. Esse documento deve explicitar as características que gestores, professores, funcionários, pais e alunos pretendem construir na unidade e qual formação querem para quem ali estuda.

Elaborar um plano pode ajudar a equipe escolar e a comunidade a enxergar como transformar sua realidade cotidiana em algo melhor. A outra possibilidade - que costuma ser bem mais comum do que o desejado - é que sua elaboração não signifique nada além de um papel guardado na gaveta. O próprio processo de construção do documento gera mudanças no modo de agir, quando todos enxergam de forma clara qual é o foco de trabalho da instituição e participam de seu processo de

determinação viram verdadeiros parceiros da gestão. É na união do grupo que encontramos a força e a identidade que queremos.

Poderia dizer: "Você tem a preocupação de agir na escola de acordo com os princípios nos quais acredita? E costuma analisar as próprias atitudes sob esse ponto de vista?

A construção de uma Gestão Democrática é de responsabilidade de todos que fazem da escola o que ela é. Você faz parte dessa história.

## REFERÊNCIAS

PRAIS, M. de L. M. **Administração colegiada na escola pública**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1996.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 32 ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

## ROTEIRO 5

1) A partir da tomada de consciência da importância da participação dos colegiados, como vocês descrevem a participação dos funcionários e da comunidade escolar na Gestão Escolar? Isto favoreceu a autonomia da escola? Se a resposta for positiva explique como e se negativa, o porquê.

2) A construção de uma Gestão Democrática é de responsabilidade de todos que fazem da escola o que ela é. A partir dessa afirmação, discuta e reflita, reconhecendo sua identidade profissional educativa, e sua importância nas instâncias colegiadas e na Gestão da escola.



## 3º dia - manhã e tarde

## ROTEIRO 6

1) Leitura do Plano de Metas 2º Semestre 2011 (manhã).

a) Sistematização de cada grupo/setor SEED/NRE:

- Em relação às metas estabelecidas, qual é o plano de ação das equipes para a execução das proposições?

b) Avaliação da Semana Pedagógica.